

CADERNO DE ENCARGOS

AJUSTE DIRETO

(Artigo 112.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo DL N.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual)

Designação: "PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DO ESTÁDIO DOS REMÉDIOS"

Parte I - Cláusulas Gerais

Cláusula 1.ª

Objeto do contrato

1- O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, que tem por objeto principal o "PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DO ESTÁDIO DOS REMÉDIOS", de acordo com o presente caderno de encargos e anexos ao convite.

2 - O âmbito deste procedimento deve respeitar as disposições aplicáveis do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo DL N.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual (doravante os artigos referidos sem indicação do diploma legal, pertencem ao CCP).

Cláusula 2.ª

Entidade adjudicante

A entidade pública contraente é o Município de Lamego, sito na Avenida Padre Alfredo Pinto Teixeira, com o Código Postal 5100 – 150 Lamego.

Cláusula 3.ª

Prazo de Manutenção da Proposta do Concorrente

O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período de 66 dias contados da data limite para a sua entrega, considerando-se este prazo prorrogado por iguais períodos se aquele nada requerer em contrário.

Cláusula 4.ª

Preço Base

1 - O preço base total é de 19.950,00 € (dezanove mil novecentos e cinquenta euros), ao qual acresce IVA à taxa legal aplicável, que à data é de 23%.

2 – Será excluída a proposta que apresente um preço contratual, superior ao indicado no número anterior, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º .

Cláusula 5.ª

Faturação e condições de pagamento

1- As condições de pagamento do encargo da prestação de serviços deverá respeitar os requisitos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

2- A fatura deverá identificar sempre o tipo e o número de documento que serviu de suporte à adjudicação (Número do Compromisso).

3- O fornecedor deve proceder à emissão das faturas em formato eletrónico (EDI), se tal lhe for aplicável, decorrente da aplicação e cumprimento da legislação em vigor para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos (Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei, n.º 123/2018, de 28 de dezembro, atualizado com o estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 14-A/2020 de 7 de Abril e com o despacho nº 437/2020-XXII, do Sr. Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais de 09 de novembro), ou outra que venha a estar em vigor no decorrer do contrato.

4- O Município de Lamego poderá receber as faturas dos seus fornecedores através de Intercâmbio Eletrónico de Dados, tendo selecionado a empresa YET - Your Electronic Transactions, Lda., para o fornecimento da solução de tratamento de faturas eletrónicas.

5- A YET disponibilizará toda a informação técnica necessária para o envio de faturas eletrónicas e recomendar a melhor opção para cada uma das realidades de fornecimento, para a implementação do Intercâmbio Eletrónico de Dados com o Município de Lamego.

6- Para mais informações, no sentido de facilitar a adesão dos fornecedores ao envio eletrónico das suas faturas, deverá o fornecedor consultar a informação disponível em: YET | Faturação Eletrónica para o seu negócio (yetspace.com), ou sales@yetspace.com.

7- A qualquer momento o contraente público pode modificar o plano de pagamentos, após acordo prévio com o adjudicatário do bem.

8 - Em caso de discordância por parte do Município de Lamego, quanto aos valores indicados na fatura, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura.

Cláusula 6.ª

Exclusão das Propostas

1- São excluídas as propostas que:

- a) Não sejam recebidas no prazo fixado;
- b) Não apresentem os documentos exigidos no n.º 6.1. e 6.2. do convite;
- c) Sejam apresentadas como variantes.

Cláusula 7.ª

Local de Execução / Entrega

Os serviços objeto do contrato serão prestados em Lamego.

Cláusula 8.ª

Prazo de Duração do Contrato

A prestação de serviços a realizar no âmbito do contrato terá início a contar da data de assinatura do contrato e mantém-se em vigor até à entrega do projeto, num prazo máximo de 20 dias, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 9.ª

Obrigações principais do prestador de serviços

- 1- Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável ou no caderno de encargos, da celebração do contrato decorrem com o prestador de serviços as obrigações de prestar apoio técnico, descrito nas “Cláusulas Técnicas” anexas a este caderno de encargos.
- 2- A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 10.ª

Propriedade

- 1 – Aquando da conclusão e cumprimento do serviço ocorre a transferência da posse e da propriedade, dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato, para o Município de Lamego, incluindo os direitos de autor sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.
- 2 – Pela cessão dos direitos a que alude o nr anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente caderno de encargos.

Cláusula 11.ª

Obrigações principais do prestador de serviços

- 1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as obrigações de prestar apoio técnico, descrito nas “Cláusulas Técnicas” anexas a este Caderno de Encargos.
- 2 - A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento,

bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 12.ª

Prazo por fase da prestação de serviços e local

- 1 - O Estudo Prévio a realizar no âmbito do contrato deverá ser integralmente executado no prazo máximo de 2 semanas após a data da adjudicação.
- 2 - O Estudo Prévio só será considerado concluído após a aprovação da entidade adjudicante.
- 3 - O Projeto de Execução a realizar no âmbito do contrato deverá ser integralmente executado no prazo máximo de 30 dias seguidos (incluindo sábados, domingos e feriados), a contar da data de aprovação do estudo prévio/anteprojeto.
- 4 - O Projeto de Execução será elaborado de acordo com o programa preliminar apresentado pelo adjudicatário, o qual deverá estabelecer um desenvolvimento faseado do projeto, sujeito à apreciação dos serviços da DOU na apreciação das várias especialidades. Os períodos necessários à apreciação de cada uma das fases não são considerados na contagem do prazo fixado
- 5 - O projeto deverá ser entregue na Câmara Municipal de Lamego, sita na Av. Padre Alfredo Pinto Teixeira, 5100 – 150 Lamego.

Cláusula 13.ª

Documentos a entregar pelo Adjudicatário

- 1 - O Adjudicatário fica obrigado a apresentar os trabalhos que constituem o objeto do contrato nos termos do disposto nas Cláusulas Técnicas definidas na parte II do presente Caderno de Encargos.
- 2 - O Adjudicatário entregará um número inicial de um exemplar em formato papel, em cada uma das fases, sem prejuízo do número de exemplares exigível, após introdução de alterações, correções ou melhorias que lhe forem recomendadas, momento em que fornecerá um exemplar completo do respetivo estudo em formato papel acompanhados sempre de formato digital.
- 3 - O Adjudicatário cede à entidade adjudicante a propriedade dos trabalhos contratados, devendo proceder à entrega de toda a informação de base e dos documentos originais com ele relacionados.

Cláusula 14.ª

Sigilo

- 1 - O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Lamego, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, consoante o artigo 290.º.
- 2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4 - O adjudicatário deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 15.ª

Rescisão do Contrato

1 - O Incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.

2 - Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na prestação de serviços objeto do presente concurso, por período superior a 1dia útil.

3 - Poderá, caso a entidade adjudicante o entenda, haver rescisão parcial do contrato caso o adjudicatário não cumpra com os requisitos estabelecidos no contrato.

Cláusula 16.ª

Casos Fortuitos ou de Força Maior

1 - Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exígível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratos do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 17.ª

Patentes, Licenças e Marcas Registadas

1 - São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

2 - Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 18.ª

Garantia

1 - O adjudicatário garantirá, sem qualquer encargo para a entidade adjudicante, os serviços prestados, pelo prazo contratual estabelecido.

2 - O prazo de garantia referido no número anterior conta-se a partir da data da aceitação da prestação de serviços.

3 - São excluídos da garantia, todos os defeitos que notoriamente resultem de má utilização, de uma utilização abusiva ou de negligência da entidade adjudicante, bem como todos os defeitos resultantes de fraude, ação de terceiros, de caso fortuito ou de força maior.

4 - Em caso de anomalia detetada no objeto do fornecimento, o adjudicatário compromete-se a intervir, sem prejuízo do direito ao pagamento dos honorários devidos se, a anomalia resultar de facto não imputável ao adjudicatário.

Cláusula 19.ª

Preço contratual

1. Pela execução dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, instalação, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3- O preço a que se refere o nr 1 é dividido nos seguintes termos:

- a) **Adjudicação com Assinatura do Contrato – 15%;**
- b) **Estudo prévio ante-projecto-30%**
- c) **Projeto final de execução-45%**
- d) **Assistência técnica-10%** - a assistência técnica divide-se da seguinte forma: 5% até à finalização do procedimento concursal da empreitada e os restantes 5% até à execução final e total da obra.

4 - No âmbito da presente prestação de serviços não há lugar a adiantamentos.

Cláusula 20.ª

Prazo de Manutenção da Proposta do Adjudicatário

A proposta do adjudicatário deverá manter-se inalterada até ao final do contrato.

Cláusula 21.ª

Foro Competente ou Arbitragem para resolução de litígios

1- O foro para dirimir as questões oriundas da execução do contrato é o Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, excluindo qualquer outro.

2- Em alternativa ao recurso às instâncias judiciais, desde que previamente acordado entre as partes, por escrito, podem estas recorrer ao CAMIGAP – Centro de Arbitragem e Mediação do IGAP.

Cláusula 22.ª

Prevalência

1 - Fazem parte integrante do contrato, independente da sua redução a escrito:

a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;

c) O presente Caderno de Encargos;

d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

2 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados

Cláusula 23.ª

Alteração ao Contrato

Qualquer alteração a introduzir no contrato no decurso da sua execução será objeto de acordo prévio entre as partes.

Cláusula 24.ª

Gestor do Contrato

1 - Em cumprimento do disposto no artigo 290º-A do CCP, o Município de Lamego designará um gestor do contrato, que terá por função o acompanhamento permanente da execução do contrato.

2 - Nos termos da cláusula seguinte (25.ª), qualquer notificação e comunicação, deve ser dirigida para o correio eletrónico do gestor do contrato

Cláusula 25.ª

Comunicações e Notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, através de correio eletrónico, para os respetivos endereços eletrónicos, identificados no contrato.

2 - Qualquer alteração ao clausulado deve ser comunicada à outra parte e reduzida a escrito.

Cláusula 26.ª

Subcontratação e Cessão da Posição Contratual

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 27.ª

Vínculo laboral dos trabalhadores afetos à execução do contrato de prestação de serviços

- 1- Nos termos do disposto no artigo 419.º-A do CCP, aplicável por força do artigo 451.º n.º 2 do CCP, o Prestador de Serviços obriga-se a afetar à prestação de serviços, trabalhadores em regime de contrato de trabalho sem termo e em regime de contrato de trabalho a termo, desde que por período de tempo não inferior ao prazo do contrato da aquisição de serviços.
- 2- O disposto no n.º 1 não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução da prestação de serviços.

Cláusula 28.ª

Consulta Preliminar

- 1- Nos termos do artigo 35.º-A do CCP, foi realizada uma consulta preliminar ao mercado a fim de obter informações referentes ao preço base.
- 2- As informações obtidas tiveram em conta as características técnicas constantes deste caderno de encargos e foi com base nestas especificações que se obteve o preço base estabelecido na cláusula 4.ª.
- 3- A consulta preliminar ao mercado foi realizada às empresas J. Lobo Coutinho Consulting, Lda, JMG Arquitetura e Arquitetude - Arquitetura e Engenharia, Lda, via correio eletrónico.

Cláusula 29.ª

Contagem dos Prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, segundo o n.º 1 do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 30.ª

Legislação Aplicável

O contrato é regulado pelas disposições do Código dos Contratos Públicos e demais legislação em vigor aplicável.

Cláusula 31.ª

Casos Omissos

Os casos omissos resultantes deste caderno de encargos serão resolvidos pela entidade competente para autorizar a despesa, ou de acordo com o regulado na legislação portuguesa.

Parte II - Cláusulas Técnicas

Cláusula 1.ª

Objeto

O objecto do presente procedimento é a aquisição de serviços para a elaboração do **"PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DO ESTÁDIO DOS REMÉDIOS"**, tendo como objectivo:

- ✓ Substituição do relvado existente no campo principal por relva sintética;
- ✓ Criação de um campo de futebol de 7 atrás da baliza junto às bancadas em curva;
- ✓ Instalação de rede de rega e drenagem dos campos;
- ✓ Execução de cobertura de bancada;
- ✓ Criação de uma casa de banho;
- ✓ Arranjos exteriores, incluindo pavimentações e vedação, na entrada e lateral do campo.

Cláusula 2.ª

Enquadramento regulamentar da área de intervenção e outras condicionantes da Intervenção Condicionantes Urbanísticas

A Intervenção deverá garantir o pleno funcionamento das instalações considerando todas as disposições regulamentares e orientadoras expressas pelas entidades legalmente competentes, devendo ser solicitados pelos projetistas, junto dos serviços da Camara Municipal de Lamego, todos os elementos que se verifiquem necessários. Devem ser estabelecidos os contactos necessários com as diferentes entidades que tenham que se pronunciar no âmbito do projeto, para a viabilização e aprovação do mesmo.

Cláusula 3.ª

Localização



Cláusula 4.ª

Recomendações Técnicas

Deverá ter-se atenção na escolha do tipo de solução a adotar, tendo em conta a orografia e as definições preconizadas para o correto funcionamento das redes.

Deverá ter-se atenção na escolha das soluções e materiais a utilizar, de modo a que possam permitir uma reduzida manutenção ao longo do tempo, para isso deverão possuir uma boa resistência e durabilidade.

Cláusula 5.ª

Área de atuação, prestação de serviços

- Projecto de Arquitetura;
- Projecto de Arranjos Exteriores;
- Projecto de Rede de Abastecimento de Águas / Rede de Rega;
- Projecto de Drenagem de Águas Pluviais;
- Plano de Segurança de Gestão de Resíduos;
- Plano de Segurança, Higiene e saúde no Trabalho;
- Condições técnicas gerais, específicas do Caderno de Encargos.

Cláusula 6.ª

Normas e recomendações técnicas

No projeto deverão ser descritos os sistemas e processos construtivos inerentes à concretização de cada um dos seus objetivos, ou outros que venham a ser apresentados pelo projetista ou Dono de Obra no decorrer das reuniões de acompanhamento, e desde que pertinentes e perfeitamente enquadráveis no espírito que deve presidir à realização de um projeto desta natureza. Assim deverão ser consideradas as recomendações técnicas que se seguem:

Cláusula 7.ª

Indicações dos processos

1. Apresentação dos Processos

De acordo com o previsto no Caderno de Encargos

2. Número de Exemplares

Os exemplares serão organizados em volume, as peças escritas e respetivo índice e serão numeradas em dossier e as peças desenhadas normalizadas (DIN), datadas e assinadas, dobradas com margem, respetivos índices e índice geral, em caixas A4.

As peças escritas não podem ser manuscritas, devendo apresentar o mesmo tipo de letra dentro de especialidade, sendo todas rubricadas e apresentando os respetivos índices.

Com a entrega das peças de Processo deverá igualmente ser considerada a entrega de todos os elementos (escritos e/ou desenhados) em suporte digital, desbloqueados (formatos admitidos dwg, excel, word).

O Presidente da Câmara



(Francisco Lopes, Eng.º)